



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - PROPLAD
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE E CUSTOS-CCONT

RELATÓRIO CONTÁBIL DO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2025

Fevereiro 2026

SUMÁRIO

1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR	6
2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	9
2.1 BALANÇO PATRIMONIAL	9
2.2 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	13
2.3 DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	17
2.4 BALANÇO FINANCEIRO.....	19
2.5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	20
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO	22
4. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS	22
5. RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	23
6. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL	28
6.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	28
6.2 CRÉDITOS A CURTO PRAZO	29
6.3 VPDS PAGAS ANTECIPADAMENTE	29
6.4 IMOBILIZADO 30	
6.5.1 Bens Móveis.....	30
6.5.2 Bens Imóveis	32
6.5.3 Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado	35
6.6 INTANGÍVEL 35	
6.6.1 Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis – Impairment	36
6.6.2 Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível.....	36
6.7 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	36
6.8 FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR.....	37
6.9 DEMAIS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO.....	39
6.10 PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DEMAIS RESERVAS	39
6.11 AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	39
6.12 QUADRO DE COMPENSAÇÕES - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS A EXECUTAR	40
7. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	41
7.1 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	41
7.2 EXECUÇÃO DAS RECEITAS	42
7.2.1 Receitas Correntes	42
7.2.2 Receitas de Capital.....	44
7.3 EXECUÇÃO DAS DESPESAS	44
7.3.1 Despesas Correntes.....	44
7.3.2 Despesas de Capital.....	45
7.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS RESTOS A PAGAR	46
7.4.1 Execução de Restos a Pagar não Processados.....	46

7.4.2	<i>Execução de Restos a Pagar Processados</i>	49
8.	NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)	50
8.1	VPA - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS – TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	50
8.2	VPA – VALORIZAÇÃO E GANHOS C/ ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO	51
8.3	VPD - PESSOAL E ENCARGOS	51
8.4	VPD - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	51
9.	NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO	52
9.1	INGRESSOS: RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	52
9.2	INGRESSOS: TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	52
9.3	INGRESSOS: RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS.....	53
9.4	DISPÊNDIOS: DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	54
9.5	DISPÊNDIOS: TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	55
9.6	DISPÊNDIOS: PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIAS	56
10.	NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	56
10.1	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS: TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	56
10.2	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS - DESEMBOLSO: EDUCAÇÃO	57
10.3	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS - DESEMBOLSO: PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	58
10.4	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS: OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS.....	58
10.5	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO: DESEMBOLSOS - AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa	28
Tabela 2 - Detalhamento de Créditos a Curto Prazo	29
Tabela 3 – Imobilizado	30
Tabela 4 - Bens Móveis - Composição.....	31
Tabela 5 - Detalhamento do grupo Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	31
Tabela 6 - Bens Imóveis - Composição.....	32
Tabela 7 - Bens de Uso Especial - Composição	32
Tabela 8 - Ajustes de exercícios anteriores realizados em contrapartida do Imobilizado	35
Tabela 9 - Intangível - Composição.....	36
Tabela 10 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar (CP)	36
Tabela 11 - Fornecedores e Contas a Pagar - Composição.....	37
Tabela 12 - Fornecedores e Contas a Pagar - por Unidade Gestora Contratante	37
Tabela 13 - Fornecedores e Contas a Pagar - por Fornecedor	38
Tabela 14 - Obrigações de Curto Prazo.....	39
Tabela 15 – Movimentação da Conta de Ajustes de Exercícios Anteriores	39
Tabela 16 - Obrigações Contratuais - Composição.....	40
Tabela 17 - Obrigações Contratuais - por Contrato.....	40
Tabela 18 - Previsão e Execução de Receitas e Despesas.....	42
Tabela 19 - Arrecadação de Receitas Correntes – Composição	43
Tabela 20 – Receitas correntes previstas e arrecadadas por natureza de receita.....	43
Tabela 21 - Despesas Correntes – Composição.....	44
Tabela 22 – Despesas correntes - Valores empenhados por origem do orçamento	45
Tabela 23 - Execução de despesas de capital.....	46
Tabela 24 - Restos a Pagar Não Processados inscritos e reinscritos nos últimos cinco exercícios	47
Tabela 25 - RPNP por órgão superior de origem do orçamento	47
Tabela 26 - Restos a Pagar Não Processados inscritos - por Unidade Gestora Executora	48
Tabela 27 - Restos a Pagar - por Unidade Grupo de Despesa.....	48
Tabela 28 – Restos a Pagar Processados por elemento de despesas.....	50
Tabela 29 - Repasses recebidos durante o exercício de 2025	52
Tabela 30 - Despesas Inscritas em RP não Processados.....	54
Tabela 31 - Despesas orçamentárias por fonte de recursos.....	55
Tabela 32 - Detalhamento das transferências financeiras recebidas	56
Tabela 33 - Desembolsos - Aquisição de Ativo Não Circulante	58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Execução de RPNP por Natureza de Despesas.....	49
Gráfico 2 - Desembolsos - Função Educação	57

1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA
Av. da Universidade, 2932, - Bairro Benfica, Fortaleza/CE,
CEP 60020-181 Telefone: (85) 3366 7350 e Fax:
@fax_unidade@ - http://ufc.br/

DECLARAÇÃO

Processo nº 23067.004575/2026-70

Interessado: COORDENADORIA DE CONTABILIDADE E CUSTOS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2025 da Universidade Federal do Ceará.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2025 e é pautada no [Manual SIAFI - Macrofunção 020315 - CONFORMIDADE CONTÁBIL](#).

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2025, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir:

1)SALDOS ALONGADOS/INDEVIDOS EM CONTAS DO ATIVO NÃO CIRCULANTE - IMOBILIZADO

Manutenção, ao final do exercício de 2025, de saldo em conta transitória de Obras em Andamento, no valor aproximado de R\$ 28 milhões.

No encerramento do exercício, estas contas deveriam conter apenas os valores de obras ainda não concluídas. Portanto, os valores registrados nesta conta transitória, que compõem o item bens imóveis do ativo imobilizado, não refletem a realidade, por conterem

valores de obras já concluídas. Esta inconsistência também acarreta a subavaliação do item Bens de Uso Especial no grupo bens imóveis, em razão da ausência de registro de depreciação dos bens imóveis, tendo em vista que ele se inicia após o registro na conta definitiva de bens imóveis, realizado no SPIUNET.

Foi solicitado à Superintendência de Infraestrutura e Gestão Ambiental (UFC-INFRA) o envio das informações necessárias para a realização da baixa das contas transitórias de bens móveis e o registro nas contas definitivas de bens imóveis, feito por meio do SPIUNET. No entanto, as informações não foram encaminhadas à contabilidade em 2025

2) SALDOS A LONGOS/INDEVIDOS EM CONTAS TRANSITÓRIAS ATIVO CIRCULANTE

Os valores do Grupo Créditos a Curto Prazo (Ativo Circulante) estão superavaliados em razão da manutenção de saldos alongados em contas de Adiantamento a Fornecedores.

Os valores do grupo Créditos a Curto Prazo (Ativo Circulante) estão superavaliados devido à manutenção de saldos alongados em contas de Adiantamento a Fornecedores. Trata-se de valores adiantados no âmbito de contratos celebrados com fundações de apoio. Estes adiantamentos deveriam ser baixados mediante a comprovação da aplicação dos valores pelas fundações de apoio.

Solicitou-se à Coordenadoria de Contratos e Convênios (CCONV-PROPLAD) o envio das solicitações de baixa dos valores cuja aplicação já tenha sido feita pelas fundações de apoio. Ao final do exercício de 2025, o valor dos saldos alongados (com mais de um ano sem alteração) foi de aproximadamente R\$ 8,52 milhões.

3) SALDOS A LONGOS/INDEVIDOS EM CONTAS DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Os valores das Obrigações Contratuais, que compõem o Quadro de Compensações, anexo ao Balanço Patrimonial estão superavaliados em razão da manutenção de saldos alongados.

Manutenção de saldos alongados (sem alteração por um longo período) em contas de Contratos a Executar referentes a contratos encerrados. O valor aproximado do saldo de contratos vencidos é de R\$ 59 milhões.

Solicitou-se à Coordenadoria de Contratos e Convênios (CCONV-PROPLAD) o envio das solicitações de baixa dos valores que não serão mais executados. No entanto, não houve o encaminhamento das informações durante o exercício de 2025.

4) FALTA DE RECONHECIMENTO DE PASSIVO

Os valores de Fornecedores e Contas a Pagar, registrados no Passivo Circulante estão subavaliados no valor aproximado de R\$ 20 milhões.

Ausência de reconhecimento dos passivos referentes aos últimos meses de 2025, que ocorreu em virtude de que as despesas correspondentes não foram liquidadas tempestivamente, em razão da insuficiência de saldo nos empenhos originalmente emitidos, resultando na geração de passivos sem cobertura orçamentária. Conforme as diretrizes do MCASP, tais obrigações devem ser reconhecidas no subsistema patrimonial quando atendidos

os critérios de competência e de existência de obrigação presente, independentemente de disponibilidade orçamentária. Nesse contexto, o valor registrado como restrição representa a estimativa dos valores a pagar em 2025, relacionados aos principais contratos de natureza continuada, cuja obrigação já se configurou sob a ótica patrimonial.

Considerando que o reconhecimento do passivo somente pode ser efetuado mediante a existência de documentação comprobatória adequada, materializada pela abertura de processo administrativo de pagamento ou de reconhecimento da dívida, os correspondentes registros contábeis serão efetuados no início do exercício de 2026. Essa medida ocorrerá por ocasião da formalização dos processos de reconhecimento de dívida relativos aos valores que, embora devidos, não foram objeto de empenho no exercício de 2025.

Fortaleza-CE, 30 de janeiro de 2026.

Samuel Cavalcante Mota

Contador

CRC-CE:019065/O

Coordenadoria de Contabilidade e Custos

Pró-Reitoria de Planejamento e Administração - PROPLAD

Universidade Federal do Ceará



Documento assinado eletronicamente por SAMUEL CAVALCANTE MOTA, Contador(a), em 30/01/2026, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufc.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo# informando o código verificador 6153306 e o código CRC 78C9968D.

Referência: Processo nº 23067.004575/2026-70

SEI nº 6153306

Propriedades para Investimento	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Demais Reservas	459.780.594,55	461.898.303,27
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Resultados Acumulados	764.284.347,02	809.608.194,61
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Resultado do Exercício	-9.186.430,45	-37.048.302,38
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	809.608.194,61	854.299.460,34
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	-36.137.417,14	-7.642.963,35
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Imobilizado	1.473.820.956,97	1.459.925.719,54	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.224.064.941,57	1.271.506.497,88
Bens Móveis	186.361.319,70	197.130.436,83			
Bens Móveis	355.149.702,80	358.894.689,70			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-168.788.383,10	-161.764.252,87			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	1.287.459.637,27	1.262.795.282,71			
Bens Imóveis	1.302.611.371,47	1.275.230.259,42			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-15.151.734,20	-12.434.976,71			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	654.017,12	654.017,12			
Softwares	654.017,12	654.017,12			
Softwares	654.017,12	654.017,12			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			

Direitos de Uso de Imóveis	-	-		
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-		
Patrimônio Cultural	-	-		
Patrimônio Cultural	-	-		
(-) Amortização Acumulada de Patrimônio Cultural	-	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Patrimônio Cultural	-	-		
Diferido	-	-		
TOTAL DO ATIVO	1.718.978.678,98	1.634.469.323,47	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.718.978.678,98 1.634.469.323,47

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO FINANCEIRO	152.891.297,61	125.449.742,69	PASSIVO FINANCEIRO	340.898.809,11	241.969.202,68
ATIVO PERMANENTE	1.566.087.381,37	1.509.019.580,78	PASSIVO PERMANENTE	258.410.542,01	189.952.566,94
			SALDO PATRIMONIAL	1.119.669.327,86	1.202.547.553,85

QUADRO DE COMPENSAÇÕES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	412.307.077,19	153.654.858,10	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	877.836.131,06	501.786.838,84
Atos Potenciais Ativos	412.307.077,19	153.654.858,10	Atos Potenciais Passivos	877.836.131,06	501.786.838,84
Garantias e Contragarantias Recebidas	75.828.627,02	17.799.530,20	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	328.815.323,23	127.225.630,16	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	6.367.656,06	6.367.656,06
Direitos Contratuais	7.663.126,94	8.629.697,74	Obrigações Contratuais	871.468.475,00	495.419.182,78
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	412.307.077,19	153.654.858,10	TOTAL	877.836.131,06	501.786.838,84

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Não Vinculados	-165.886.127,57
Recursos Vinculados	-22.121.383,93
Educação	-3.135.278,74
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-9.181.251,64

Previdência Social (RPPS)	156.321,11
Dívida Pública	-4.640.403,83
Fundos, Órgãos e Programas	-5.320.770,83
TOTAL	-188.007.511,50

2.2 Balanço Orçamentário

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	9.293.411,00	9.293.411,00	9.555.320,27	261.909,27
Receita Tributária	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	2.033.059,00	2.033.059,00	1.415.718,35	-617.340,65
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	2.033.059,00	2.033.059,00	1.331.911,48	-701.147,52
Valores Mobiliários	-	-	83.806,87	83.806,87
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	8.340,00	8.340,00	8.946,40	606,40
Receita Industrial	-	-	-	-
Receita de Serviços	6.864.617,00	6.864.617,00	7.781.456,28	916.839,28
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	6.864.617,00	6.864.617,00	7.781.456,28	916.839,28
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	387.395,00	387.395,00	349.199,24	-38.195,76
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	340.173,00	340.173,00	347.662,48	7.489,48
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	1.536,76	1.536,76

Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	47.222,00	47.222,00	-	-47.222,00
RECEITAS DE CAPITAL	750.949,00	750.949,00	1.312.719,40	561.770,40
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	750.949,00	750.949,00	1.312.719,40	561.770,40
Alienação de Bens Móveis	750.949,00	750.949,00	1.312.719,40	561.770,40
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS	10.044.360,00	10.044.360,00	10.868.039,67	823.679,67
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	10.044.360,00	10.044.360,00	10.868.039,67	823.679,67
DÉFICIT			2.346.356.844,45	2.346.356.844,45
TOTAL	10.044.360,00	10.044.360,00	2.357.224.884,12	2.347.180.524,12
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	280.872.166,00	-	-280.872.166,00
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	280.872.166,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	1.932.219.630,00	2.201.133.744,00	2.299.047.109,00	2.261.815.492,66	2.042.564.741,20	-97.913.365,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.665.718.361,00	1.914.936.377,00	1.911.498.983,97	1.908.201.506,96	1.706.816.247,76	3.437.393,03
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	266.501.269,00	286.197.367,00	387.548.125,03	353.613.985,70	335.748.493,44	-101.350.758,03
DESPESAS DE CAPITAL	4.783.495,00	16.741.547,00	58.177.775,12	12.752.553,55	11.119.999,58	-41.436.228,12
Investimentos	4.783.495,00	16.741.547,00	58.177.775,12	12.752.553,55	11.119.999,58	-41.436.228,12
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1.937.003.125,00	2.217.875.291,00	2.357.224.884,12	2.274.568.046,21	2.053.684.740,78	-139.349.593,12
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.937.003.125,00	2.217.875.291,00	2.357.224.884,12	2.274.568.046,21	2.053.684.740,78	-139.349.593,12
TOTAL	1.937.003.125,00	2.217.875.291,00	2.357.224.884,12	2.274.568.046,21	2.053.684.740,78	-139.349.593,12

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	9.365.515,83	26.850.060,88	21.285.801,04	18.741.646,53	2.750.670,90	14.723.259,28
Pessoal e Encargos Sociais	-	5.964.565,25	20.199,22	20.199,22	-	5.944.366,03
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	9.365.515,83	20.885.495,63	21.265.601,82	18.721.447,31	2.750.670,90	8.778.893,25
DESPESAS DE CAPITAL	26.659.309,28	7.627.440,81	23.929.618,83	22.735.430,62	583.134,48	10.968.184,99
Investimentos	26.659.309,28	7.627.440,81	23.929.618,83	22.735.430,62	583.134,48	10.968.184,99
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	36.024.825,11	34.477.501,69	45.215.419,87	41.477.077,15	3.333.805,38	25.691.444,27

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	339.549,78	167.359.434,81	166.417.372,85	681,28	1.280.930,46
Pessoal e Encargos Sociais	-	143.448.237,15	143.448.237,15	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	339.549,78	23.911.197,66	22.969.135,70	681,28	1.280.930,46
DESPESAS DE CAPITAL	771.062,57	1.488.162,73	1.381.310,13	-	877.915,17
Investimentos	771.062,57	1.488.162,73	1.381.310,13	-	877.915,17
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	1.110.612,35	168.847.597,54	167.798.682,98	681,28	2.158.845,63

2.3 Demonstrações das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2025	2024
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.668.937.020,98	2.293.809.937,36
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Impostos		
Taxas		
Contribuições de Melhoria		
Contribuições		
Contribuições Sociais		
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		
Contribuição de Iluminação Pública		
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	9.633.338,03	8.967.974,48
Venda de Mercadorias	8.946,40	7.068,45
Vendas de Produtos		
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	9.624.391,63	8.960.906,03
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	144.400,12	10.586,96
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		
Juros e Encargos de Mora	10.426,42	7.331,08
Variações Monetárias e Cambiais	14.249,67	3.255,88
Descontos Financeiros Obtidos		
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	119.724,03	
Aportes do Banco Central		
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		
Transferências e Delegações Recebidas	2.498.916.573,63	2.234.346.583,57
Transferências Intragovernamentais	2.496.782.475,08	2.228.183.660,39
Transferências Intergovernamentais		
Transferências das Instituições Privadas		
Transferências das Instituições Multigovernamentais		
Transferências de Consórcios Públicos		
Transferências do Exterior		
Execução Orçamentária Delegada de Entes		
Transferências de Pessoas Físicas		
Outras Transferências e Delegações Recebidas	2.134.098,55	6.162.923,18
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	158.156.910,92	47.265.636,62
Reavaliação de Ativos		
Ganhos com Alienação	167.682,13	
Ganhos com Incorporação de Ativos	737.849,36	382.185,09
Ganhos com Desincorporação de Passivos	157.251.379,43	46.883.451,53
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.085.798,28	3.219.155,73
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		
Resultado Positivo de Participações		
Operações da Autoridade Monetária		
Subvenções Econômicas		
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		1.934.002,89
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	2.085.798,28	1.285.152,84
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.678.123.451,43	2.330.858.239,74
Pessoal e Encargos	1.271.277.001,42	1.078.825.301,88
Remuneração a Pessoal	986.124.169,03	834.147.594,85
Encargos Patronais	213.577.531,97	182.487.377,08
Benefícios a Pessoal	69.057.810,82	61.068.129,95
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	2.517.489,60	1.122.200,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	700.551.679,96	634.102.823,31
Aposentadorias e Reformas	540.313.204,03	483.299.820,54
Pensões	143.782.920,92	135.396.838,10

Benefícios de Prestação Continuada		
Benefícios Eventuais		
Políticas Públicas de Transferência de Renda		
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	16.455.555,01	15.406.164,67
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	171.827.256,86	171.345.408,72
Uso de Material de Consumo	3.341.843,07	3.769.045,09
Serviços	150.910.880,93	148.812.405,48
Depreciação, Amortização e Exaustão	17.574.532,86	18.763.958,15
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	3.234,25	236.640,86
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		
Juros e Encargos de Mora	3.234,25	234.268,76
Variações Monetárias e Cambiais		
Descontos Financeiros Concedidos		2.372,10
Aportes ao Banco Central		
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		
Transferências e Delegações Concedidas	226.744.681,68	242.206.467,66
Transferências Intragovernamentais	226.614.043,63	241.785.610,56
Transferências Intergovernamentais		
Transferências a Instituições Privadas	130.638,05	127.443,82
Transferências a Instituições Multigovernamentais		
Transferências a Consórcios Públicos		
Transferências ao Exterior		
Execução Orçamentária Delegada a Entes		
Outras Transferências e Delegações Concedidas		293.413,28
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	231.030.826,98	127.884.549,58
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		2.947.074,71
Perdas com Alienação	481.639,68	258.138,40
Perdas Involuntárias	2.000,88	9.651,06
Incorporação de Passivos	228.349.382,49	117.642.958,32
Desincorporação de Ativos	2.197.803,93	7.026.727,09
Tributárias	5.138.026,66	5.391.429,45
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	27.325,54	18.314,59
Contribuições	5.110.701,12	5.373.114,86
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		
Custo das Mercadorias Vendidas		
Custos dos Produtos Vendidos		
Custo dos Serviços Prestados		
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	71.550.743,62	70.865.618,28
Premiações		
Resultado Negativo de Participações		
Operações da Autoridade Monetária		
Incentivos	71.549.052,54	70.842.698,53
Subvenções Econômicas		
Participações e Contribuições		
Constituição de Provisões		
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.691,08	22.919,75
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	9.186.430,45	37.048.302,38

2.4 Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Receitas Orçamentárias	10.868.039,67	9.232.140,42	Despesas Orçamentárias	2.357.224.884,12	1.970.511.488,90
Recursos Não Vinculados	83.806,87	-	Recursos Não Vinculados	1.695.550.032,35	1.463.530.174,49
Recursos Vinculados	10.808.252,40	9.255.520,00	Recursos Vinculados	661.674.851,77	506.981.314,41
Previdência Social (RPPS)	-	-	Educação	2.429.758,40	18.649.269,71
Fundos, Órgãos e Programas	10.808.252,40	9.252.410,20	Seguridade Social (Exceto Previdência)	168.209.817,48	5.732.142,18
Recursos Não Classificados		3.109,80	Previdência Social (RPPS)	473.195.949,31	469.463.054,36
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-24.019,60	-23.379,58	Fundos, Órgãos e Programas	17.839.326,58	13.136.848,16
Transferências Financeiras Recebidas	2.496.735.733,53	2.228.181.826,94	Transferências Financeiras Concedidas	225.921.990,10	239.820.044,69
Resultantes da Execução Orçamentária	2.394.865.495,43	2.109.901.196,54	Resultantes da Execução Orçamentária	221.774.897,47	238.429.247,00
Repasso Recebido	2.173.594.826,95	1.871.562.726,42	Repasso Concedido	504.228,99	90.776,88
Sub-repasso Recebido	221.270.668,48	238.338.470,12	Sub-repasso Concedido	221.270.668,48	238.338.470,12
Independentes da Execução Orçamentária	101.870.238,10	118.280.630,40	Independentes da Execução Orçamentária	4.147.092,63	1.390.797,69
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	52.112.346,90	67.289.286,14	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	173.861,40	457.878,83
Movimentação de Saldos Patrimoniais	49.757.891,20	50.991.344,26	Demais Transferências Concedidas	293.969,01	
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	3.679.262,22	932.918,86
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	318.756.344,56	204.664.347,50	Pagamentos Extraorçamentários	215.771.688,62	234.406.761,73
Inscrição de Restos a Pagar Processados	220.883.305,43	166.539.721,73	Pagamento de Restos a Pagar Processados	167.798.682,98	171.057.788,70
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	82.656.837,91	34.477.501,69	Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	41.477.077,15	60.416.931,04
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	12.964.915,24	2.738.959,28	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.850.616,51	955.930,33
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2.251.285,98	908.164,80	Outros Pagamentos Extraorçamentários	645.311,98	1.976.111,66
Arrecadação de Outra Unidade	2.251.285,98	895.785,56	Demais Pagamentos	645.311,98	1.976.111,66
Valores para Compensação		12.379,24			
Saldo do Exercício Anterior	125.449.742,69	128.109.723,15	Saldo para o Exercício Seguinte	152.891.297,61	125.449.742,69
Caixa e Equivalentes de Caixa	125.449.742,69	128.109.723,15	Caixa e Equivalentes de Caixa	152.891.297,61	125.449.742,69
TOTAL	2.951.809.860,45	2.570.188.038,01	TOTAL	2.951.809.860,45	2.570.188.038,01

2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	61.365.575,85	21.223.349,53
INGRESSOS OPERACIONAIS	2.521.507.255,02	2.240.443.511,01
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	1.415.718,35	1.566.523,80
Receita Agropecuária	8.946,40	7.068,45
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	7.781.456,28	6.862.129,64
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	349.199,24	178.838,10
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais Recebidas	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais Recebidas	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	2.511.951.934,75	2.231.828.951,02
Ingressos Extraorçamentários	12.964.915,24	2.738.959,28
Transferências Financeiras Recebidas	2.496.735.733,53	2.228.181.826,94
Arrecadação de Outra Unidade	2.251.285,98	895.785,56
Valores para Compensação	-	12.379,24
DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	-2.460.141.679,17	-2.219.220.161,48
Pessoal e Demais Despesas	-2.030.695.206,45	-1.792.349.674,80
Legislativo	-	-
Judiciário	-190.783,74	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-9.254.310,73	-1.988.318,90
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-450.000,00	-
Previdência Social	-681.193.347,45	-619.253.647,34
Saúde	-106.591,00	-5.037.890,52
Trabalho	-	-
Educação	-1.323.312.957,53	-1.156.747.104,60
Cultura	-3.206.562,86	-1.933.130,83
Direitos da Cidadania	-6.967.774,78	-1.528.172,16
Urbanismo	-471.478,75	-122.907,75
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-1.914.201,60	-3.978.840,20
Ciência e Tecnologia	-337.293,00	-
Agricultura	-295.199,60	-504.463,45
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-2.704.902,45	-1.097.233,83

Desporto e Lazer	-209.003,30	-82.616,96
Encargos Especiais	-80.799,66	-75.348,26
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-197.028.554,13	-184.118.400,00
Intergovernamentais Concedidas	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais Concedidas	-196.897.916,08	-183.986.816,74
Outras Transferências Concedidas	-130.638,05	-131.583,26
Outros Desembolsos Operacionais	-232.417.918,59	-242.752.086,68
Dispêndios Extraorçamentários	-5.850.616,51	-955.930,33
Transferências Financeiras Concedidas	-225.921.990,10	-239.820.044,69
Demais Pagamentos	-645.311,98	-1.976.111,66
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-33.924.020,93	-23.883.329,99
INGRESSOS DE INVESTIMENTO	1.312.719,40	617.580,43
Alienação de Bens	1.312.719,40	617.580,43
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO	-35.236.740,33	-24.500.910,42
Aquisição de Ativo Não Circulante	-34.702.966,14	-24.500.910,42
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-533.774,19	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS DE FINANCIAMENTO	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTO	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	27.441.554,92	-2.659.980,46
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	125.449.742,69	128.109.723,15
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	152.891.297,61	125.449.742,69

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO

A Universidade Federal do Ceará (UFC), criada em 1954, é uma instituição federal de ensino superior, constituída como autarquia educacional de regime especial e vinculada ao Ministério da Educação.

A UFC é regida administrativa e juridicamente de acordo com seu Estatuto, Regimento Geral e Regimento Interno de suas diversas unidades. A administração e coordenação das atividades universitárias são exercidas em dois níveis: Administração Superior e Administração Acadêmica.

O Organograma e o detalhamento das unidades que compõem a Administração Superior e a Administração acadêmica podem ser consultados no site da UFC, por meio do link: <https://www.ufc.br/a-universidade/administracao-da-ufc/85-estrutura-organizacional-e-instancias-de-decisao>.

4. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da Universidade Federal do Ceará (UFC) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as Demonstrações Contábeis (DCON) consolidam as contas das Unidades Gestoras da Universidade Federal do Ceará, do Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC) e da Maternidade Escola Assis Chateaubriand (MEAC).

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);

- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF)
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa;

5. RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União e, por consequência, na UFC, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazos relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das

atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

e) Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

f) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

g) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o

reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

h) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

i) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

j) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados,

independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Outras informações sobre os critérios utilizados para registro de depreciação de bens imóveis podem ser consultadas na [PORTARIA CONJUNTA STN/SPU Nº 10, DE 4 DE JULHO DE 2023](#).

k) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

l) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

m) Ajustes de Exercícios Anteriores

Há que se ressaltar também a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

n) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

n.1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs).

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPAs e VPDs, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPAs e VPDs é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

n.2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

n.3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da UFC.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A seguir, são detalhados os principais itens dos demonstrativos contábeis. Nas tabelas e figuras apresentadas nas Notas Explicativas (NE), podem ser encontradas divergências entre a soma das parcelas e o respectivo total em função de arredondamentos.

6. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

A seguir, serão apresentadas considerações acerca dos itens do Balanço Patrimonial (BP) levando em conta as variações mais relevantes do exercício de 2025 em relação ao saldo final do exercício anterior, bem como informações específicas sobre o Ativo Imobilizado, Ativo Intangível, Fornecedores e Contas a Pagar, Obrigações Contratuais e Ajustes de Exercícios Anteriores.

6.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

O valor disponível a que os órgãos têm direito a sacar da Conta Única do Tesouro Nacional, mantida no Banco Central do Brasil para atender às despesas, está registrado na conta de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, que é a principal conta do grupo de Caixa e Equivalentes de Caixa. Essa conta contém o montante/limite à disposição dos órgãos (inclusive, os valores decorrentes de arrecadação própria).

O total da conta Caixa é apresentado no Balanço Patrimonial, no Balanço Financeiro (do lado dos dispêndios no item Saldo para o Exercício Seguinte), como também na Demonstração dos Fluxos de Caixa, no item Caixa e Equivalente de Caixa Final.

A diferença entre o saldo registrado no encerramento do exercício de 2024 e o saldo final de 2025 corresponde a um acréscimo de 21,87%, conforme indicado na Tabela 1.

Tabela 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Conta Contábil	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)	AV(%)
DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	325.677,00	325.677,00	0,00%	0,21%
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	16.077.796,58	11.660.435,46	37,88%	10,52%
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO - OFSS	127.627.709,33	111.709.388,24	14,25%	83,48%
GARANTIAS	8.860.114,70	1.754.241,99	405,07%	5,80%
TOTAL	152.891.297,61	125.449.742,69	21,87%	100,00%

Fonte: SIAFI.

O incremento de 21,87% verificado entre 31/12/2024 e 31/12/2025 decorre, além da disponibilidade de recursos financeiros destinados à quitação da folha de pagamento do mês de dezembro de 2025, do reconhecimento recente de recursos financeiros vinculados a garantias contratuais. Tais valores são depositados em Contas Vinculadas relacionadas a contratos de terceirização de mão de obra. Nessas contas, são retidos montantes correspondentes às obrigações trabalhistas, os quais somente são liberados mediante a ocorrência dos respectivos fatos geradores, tais como férias, gratificação natalina (13º salário) e rescisões contratuais. Ao final do exercício de 2025, os valores registrados nessas contas totalizavam aproximadamente R\$ 8,86 milhões.

Aproximadamente 83% do valor disponível em 31/12/2025 é referente a recursos já comprometidos com pagamentos que foram realizados no primeiro dia útil de 2026. A maior

parcela desses pagamentos efetuados no início de 2026 se refere à folha de pessoal do mês de dezembro/2025.

6.2 Créditos a Curto Prazo

Os créditos a receber de curto prazo apresentaram valores aproximadamente 94% superiores ao final do exercício de 2025, quando comparado com o saldo final do exercício 2024. Este acréscimo é decorrente, principalmente, do aumento dos valores de adiantamento a prestadores de serviços, que são referentes aos valores adiantados às fundações de apoio. Estes valores são baixados após comprovação da aplicação dos recursos nos projetos de interesse da UFC, desenvolvidos por meio das fundações de apoio.

Conforme apresentado na Tabela 2, os valores registrados como adiantamentos a prestadores de serviços representam 83,95% do total de créditos a receber classificados como curto prazo. Observa-se, ainda, um acréscimo de 102,62% no exercício de 2025, decorrente do reconhecimento de novos adiantamentos concedidos às fundações de apoio, sem que tenha ocorrido baixa significativa dos montantes antecipados em períodos anteriores.

Tabela 2 - Detalhamento de Créditos a Curto Prazo

Conta Contábil	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)	AV(%)
ADIANTAMENTO A PRESTADORES DE SERVICOS	74.957.498,23	36.993.508,74	102,62%	83,95%
13 SALARIO - ADIANTAMENTO	10.472.292,59	6.762.088,16	54,87%	11,73%
ADIANTAMENTO DE FERIAS	1.677.462,01	876.731,26	91,33%	1,88%
SALARIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	1.015.662,83	747.863,20	35,81%	1,14%
CRED A REC POR CESSAO DE PESSOAL - ESTADO	753.537,19	464.695,72	62,16%	0,84%
CREDITOS A REC POR CESSAO DE PESSOAL - MUNIC	313.131,87	78.284,61	299,99%	0,35%
DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA - CONSOLIDACAO	58.036,86	32.699,18	77,49%	0,07%
ALUGUEIS A RECEBER	27.160,34	80.686,87	-66,34%	0,03%
CRED A REC POR FOLHA DE PAGAMENTO	24.012,08	0,00	#DIV/0!	0,03%
CRED A REC DECOR DE INFRAC LEG E CONTRATUAIS	5.022,71	0,00	#DIV/0!	0,01%
OUTROS CREDITOS ADMINISTRATIVOS	3.468,68	0,00	#DIV/0!	0,00%
AJUSTE PARA PERDAS - SUBGRUPO 113 (C/C 090)	(23.878,28)	(23.878,28)	0,00%	-0,03%
Total	89.283.407,11	46.012.679,46	94,04%	100,00%

Fonte: SIAFI.

6.3 VPDs Pagas Antecipadamente

O valor de R\$ 465.274,57, registrado nesse grupo, é referente ao pagamento feito antecipadamente pela aquisição de licenças de software: Adobe Creative Cloud, com validade de 36 meses e pagamento único antecipado. Também compõem o saldo desta conta, os valores pagos antecipadamente referente aos Contratos: 18/2022, cujo objeto é a contratação da ferramenta "Minha Biblioteca", valor com maior representatividade

financeira (R\$ 408.301,65 ao final do exercício de 2025); 94/2024, cujo objeto é a aquisição de licença de uso do software de acompanhamento de processos de patentes; Empenho 2024NE001386, aquisição de licença de uso do software Anti Plágio - Turnitin Originality Check e Originality Add.

Como os pagamentos foram efetuados de forma antecipada à ocorrência da despesa, em obediência ao princípio da competência, as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) são reconhecidas mensalmente. Assim, à medida que o valor desse grupo de contas vai sendo baixado, é registrada como contrapartida uma VPD.

6.4 Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. A UFC possui comissão permanente de avaliação de bens móveis que, para os bens adquiridos de forma gratuita, realiza avaliação do bem. O valor justo obtido pela avaliação desta comissão é utilizado como base para efetuar o reconhecimento inicial dos bens adquiridos a título gratuito. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como Variações Patrimoniais Diminutivas do período.

Em 31/12/2025, a UFC apresentou um saldo de R\$ 1.473.820.956,97 de Ativo Imobilizado.

Na Tabela 3 é exibida a composição do subgrupo Imobilizado, que apresentou um acréscimo de apenas 0,95% quando se compara o saldo ao final do exercício de 2025 com o saldo de 31/12/2024.

Tabela 3 – Imobilizado

Item	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)
Bens Móveis	186.361.319,70	197.130.436,83	-5,46%
(+) Valor Bruto Contábil	355.149.702,80	358.894.689,70	-1,04%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(168.788.383,10)	(161.764.252,87)	4,34%
Bens Imóveis	1.287.459.637,27	1.262.795.282,71	1,95%
(+) Valor Bruto Contábil	1.302.611.371,47	1.275.230.259,42	2,15%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(15.151.734,20)	(12.434.976,71)	21,85%
Total	1.473.820.956,97	1.459.925.719,54	0,95%

Fonte: SIAFI

Os Bens Móveis da UFC em 31/12/2025 totalizavam R\$ 186.361.319,70 e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na Tabela 4.

Tabela 4 - Bens Móveis - Composição

Conta Contábil	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	135.166.289,85	136.688.121,14	-1,11%	72,53%
Bens de Informática	52.772.355,06	52.645.012,09	0,24%	28,32%
Móveis e Utensílios	58.254.863,30	61.253.206,92	-4,89%	31,26%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	89.750.770,85	88.915.161,98	0,94%	48,16%
Veículos	13.523.701,18	15.943.937,23	-15,18%	7,26%
Bens Móveis em Andamento	4.327.142,79	956.443,37	352,42%	2,32%
Armamentos	2,00	2,00	0,00%	0,00%
Semoventes e Equipamentos de Montaria	75.328,00	59.328,00	26,97%	0,04%
Demais Bens Móveis	1.279.249,77	2.433.476,97	-47,43%	0,69%
Depreciação / Amortização Acumulada	-168.788.383,10	-161.764.252,87	4,34%	-90,57%
Total	186.361.319,70	197.130.436,83	-5,46%	100,00%

Fonte: SIAFI.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 4, o saldo final de 2025, em comparação com o saldo final do ano de 2024, não demonstra variações significativas.

Dos Bens Móveis registrados no órgão, 72,53% referem-se a Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas. A Tabela 5 apresenta o detalhamento do grupo de bens Máquinas, Equipamentos e Ferramentas.

Tabela 5 - Detalhamento do grupo Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas

Conta Contábil	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)
APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	11.376.121,45	11.180.209,89	1,75%	8,42%
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	959.960,56	945.960,80	1,48%	0,71%
EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONTO,LAB E HOSP	106.531.587,11	108.002.509,27	-1,36%	78,82%
APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOES	542.575,44	531.576,44	2,07%	0,40%
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	780.338,60	788.187,60	-1,00%	0,58%
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	1.305.569,26	1.286.926,76	1,45%	0,97%
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	3.391.723,90	3.676.680,82	-7,75%	2,51%
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	697.338,26	619.338,26	12,59%	0,52%
MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	977.858,62	979.614,11	-0,18%	0,72%
EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS MARITIMOS	87.478,00	90.680,00	-3,53%	0,06%
MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO/RODOVIARIO	1.158.945,96	1.159.592,76	-0,06%	0,86%
EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	1.427.610,45	1.429.210,45	-0,11%	1,06%
MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	5.929.182,21	5.997.633,95	-1,14%	4,39%
OUTRAS MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	0,03	0,03	0,00%	0,00%
Total	135.166.289,85	136.688.121,14	-1,11%	100,00%

Fonte: SIAFI.

No grupo Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, destaca-se o subgrupo Aparelhos, Equipamentos e Utensílios para Uso Médico, Odontológico, Laboratorial

e Hospitalar, cujo valor registrado totaliza R\$ 106.531.587,11, representando aproximadamente 79% do montante total desse grupo patrimonial.

6.5.2 Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da UFC em 31/12/2025 totalizavam 1.287.459.637,27 e estão registrados em três grupos de contas, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 6 - Bens Imóveis - Composição

Conta Contábil	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)
Bens de Uso Especial	1.231.142.423,84	1.233.260.132,56	-0,17%	95,63%
Bens Imóveis em Andamento	71.468.947,63	41.970.126,86	70,29%	5,55%
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	-15.151.734,20	-12.434.976,71	21,85%	-1,18%
Total	1.287.459.637,27	1.262.795.282,71	1,95%	100,00%

Fonte: SIAFI.

Os Bens de Uso Especial representam aproximadamente 96% do total dos bens imóveis registrados no Balanço Patrimonial da Universidade Federal do Ceará (UFC), totalizando cerca de R\$ 1.231 milhões em 31 de dezembro de 2025 (valores brutos, sem dedução de depreciação).

Não ocorreu variação relevante nos saldos durante o exercício de 2025, quando comparado ao saldo final de 2024.

Em síntese, os Bens de Uso Especial mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário da UFC são constituídos de Imóveis de Uso Educacional e Terrenos/Glebas, conforme pode ser observado na Tabela 7.

Tabela 7 - Bens de Uso Especial - Composição

Conta Contábil	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)
Fazendas, Parques e Reservas	9.384.547,73	9.384.547,73	0,00%	0,76%
Terrenos, Glebas	267.709.090,40	269.826.799,12	-0,78%	21,74%
Imóveis de Uso Educacional	868.056.726,51	868.056.726,51	0,00%	70,51%
Edifícios	70.541.322,05	70.541.322,05	0,00%	5,73%
Imóveis Residenciais e Comerciais	11.550.492,79	11.550.492,79	0,00%	0,94%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	3.900.244,36	3.900.244,36	0,00%	0,32%
Total	1.231.142.423,84	1.233.260.132,56	-0,17%	100,00%

Fonte: SIAFI.

A Tabela 7 demonstra a composição do grupo Bens de Uso Especial. O valor mais relevante da planilha é o dos "Imóveis de Uso Educacional", que totaliza R\$ 868.056.726,51 em 31/12/2025. Este valor representa aproximadamente 71% do total dos Bens de Uso Especial contabilizados, que somam R\$ 1.231.142.423,84 em 31/12/2025 e R\$ 1.233.260.139,75 em 31/12/2024.

A predominância dos "Imóveis de Uso Educacional" no balanço patrimonial reflete a importância desses ativos para a instituição, indicando que a maior parte dos recursos imobiliários está alocada em propriedades destinadas a atividades educacionais.

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na UFC têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, [Macrofunção 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão](#), disponível no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e na Portaria Conjunta STN/SPU Nº 10, de 4 de julho de 2023 e no [Manual de Gestão Patrimonial](#), disponível no site da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração.

(a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU Nº 10/2023, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; sempre que houver alteração de área construída ou tipologia do imóvel, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros; quando a data do último valor justo cadastrado no Sistema Corporativo da Secretaria de Patrimônio da União for igual ou superior a 5 (cinco) anos .

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

(a.2) Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Não foi identificada, no período, qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo.

(a.3) Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública

direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUNET e para os bens móveis é o das quotas constantes. Cabe ressaltar que a UFC não possui bens imóveis não registrados no SPIUNET.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

(a.4) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A [Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023](#) dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. Este sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrada no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = \frac{n^2 - x^2}{n^2}$$

Onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

6.5.3 Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do Patrimônio Líquido.

Na Tabela 8 são apresentados os valores de ajustes de exercícios anteriores no exercício de 2025, que tiveram como contrapartida conta do Ativo Imobilizado.

Tabela 8 - Ajustes de exercícios anteriores realizados em contrapartida do Imobilizado

Descrição da Movimentação	Valor
Baixa de bens móveis que pertenciam ao Hospital Universitário ou Maternidade Escola, enviados para UFC, para alienação por meio de leilão e alienados em exercício anterior	-2.436.415,63
Transferência de bens da conta de bens não localizados para a conta específica em razão da localização dos mesmos no processo de inventário, com fato gerador ocorrido em ano anterior	-812,49
TOTAL	-2.437.228,12

Fonte: SIAFI

6.6 Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva no período em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros. Não existem ativos intangíveis obtidos a título gratuito compondo o patrimônio da UFC.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados periodicamente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada periodicamente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Durante o segundo trimestre de 2017, foram revisados todos os ativos intangíveis reconhecidos, com o objetivo de identificar algum evento que ensejasse em alteração da vida útil ou perda por redução ao valor recuperável. Atualmente, todos os valores registrados no Ativo Intangível são referentes a Softwares.

Em 31/12/2025, o órgão apresentou um saldo de R\$ 654.017,12 de ativos intangíveis. Na Tabela 9 é apresentada a composição do subgrupo Intangível, para os períodos 31/12/2025 e 31/12/2024.

Tabela 9 - Intangível - Composição

Item	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)
Software com Vida Útil Definida	654.017,12	654.017,12	0,00%	100,00%
Total	654.017,12	654.017,12	0,00%	100,00%

Fonte: SIAFI.

Em 31/12/2025, todos os ativos intangíveis do órgão são Softwares com Vida Útil Indefinida.

Durante o exercício de 2025 não foram adquiridos softwares e não houve variação no saldo do grupo.

6.6.1 Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis – Impairment

Durante o exercício de 2025 não foram identificados softwares em situação de imparidade.

6.6.2 Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

Durante o exercício de 2025 não foram realizados registros contábeis de ajustes de exercícios anteriores tendo como contrapartida as contas do grupo Ativo Intangível.

6.7 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

O saldo deste grupo está majoritariamente relacionado aos valores de salários, remunerações e benefícios referentes à folha de pagamento do mês de dezembro de 2025. Os valores do passivo, correspondentes à folha de pagamento de dezembro de 2025 foram baixados no primeiro dia útil de janeiro/2026, com o pagamento da referida folha. O detalhamento dos valores deste grupo é apresentado na Tabela 10.

Tabela 10 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar (CP)

Item	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)
SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS	<u>111.388.835,57</u>	<u>91.278.802,16</u>	<u>22,03%</u>	<u>82,05%</u>
PSSS-CONTRIB.S/VENCIMENTOS E VANTAGENS -INTRA	16.147.962,12	0,00	#DIV/0!	11,90%
FERIAS A PAGAR	5.770.391,39	8.541.827,17	-32,45%	4,25%
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	1.273.041,84	1.449.987,99	-12,20%	0,94%
CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES DE PREVID.COMPLEMENT	520.370,80	353.904,27	47,04%	0,38%
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	333.407,20	92.400,00	260,83%	0,25%

INSS - CONTRIB SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	318.384,81	200.812,88	58,55%	0,23%
INSS - CONTRIBUIÇÃO S/ SERVIÇOS DE TERCEIROS	0,00	418.082,08	-100,00%	0,00%
Total	135.752.393,73	102.335.816,55	32,65%	100,00%

Fonte: SIAFI.

Ao comparar o saldo registrado em 31 de dezembro de 2025 com o saldo final do exercício de 2024, observa-se um acréscimo de 32,65%. Esse aumento decorre, principalmente, das obrigações relacionadas ao pagamento de salários, remunerações e benefícios, as quais, em razão, sobretudo, dos reajustes salariais implementados ao longo de 2025, apresentaram valores aproximadamente 22% superiores em 31/12/2025, quando comparados ao mesmo período de 2024.

Conforme apresentado na Tabela 10, em 31/12/2025 existiam obrigações relacionadas às contribuições para o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (PSSS – Contribuições sobre Vencimentos e Vantagens – Intra) no montante de R\$ 16,15 milhões, inexistentes ao final do exercício anterior. Essa situação decorre da alteração na sistemática de recolhimento das contribuições previdenciárias do regime próprio dos servidores públicos federais, implementada em 2025. A partir dessa mudança, as obrigações dessa natureza passaram a ser recolhidas por meio da DCTFWeb, com pagamento realizado no início do mês subsequente ao da competência da folha de pessoal. Portanto os valores apresentados em 31/12/2025 se referem à folha de pagamento de dezembro do mesmo ano.

6.8 Fornecedores e Contas a Pagar

Ao final do exercício de 2025, a UFC apresentou um saldo em aberto de R\$ 13.907.552,46, referente a Fornecedores e Contas a Pagar. A seguir, apresenta-se a Tabela 11, na qual é possível observar que a totalidade das obrigações da instituição é de curto prazo e diz respeito a credores nacionais.

Tabela 11 - Fornecedores e Contas a Pagar - Composição

Item	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)
Curto Prazo	13.907.552,46	12.193.752,48	14,05%
Nacionais	13.907.552,46	12.193.752,48	14,05%
Total	13.907.552,46	12.193.752,48	14,05%

Fonte: SIAFI.

Conforme apresentado na Tabela 11, houve um acréscimo de aproximadamente 14% no valor das obrigações, quando se compara o valor devido em 31/12/2025 com o valor apresentado no encerramento do exercício de 2024.

Na Tabela 12 são apresentados os valores de fornecedores e contas a pagar por unidade gestora contratante na data base de 31/12/2025.

Tabela 12 - Fornecedores e Contas a Pagar - por Unidade Gestora Contratante

Unidade Gestora	31/12/2025	AV (%)
------------------------	-------------------	---------------

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	13.903.880,60	99,97%
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO WALTER CANTÍDIO	3.671,86	0,03%
Total	13.907.552,46	100,00%

Fonte: SIAFI.

A unidade gestora UFC é responsável por praticamente todo o volume de obrigações com fornecedores e contas a pagar ao final do exercício de 2025 (99,97% do total), em razão de concentrar um maior volume de execução orçamentária.

Na Tabela 13, estão listados os fornecedores com os valores mais significativos, bem como o saldo em aberto na data de referência de 31 de dezembro de 2025.

Tabela 13 - Fornecedores e Contas a Pagar - por Fornecedor

Fornecedor	31/12/2025	AV (%)
FUNDAÇÃO CEARENSE DE PESQUISA E CULTURA	4.234.254,66	30,45%
FUNDAÇÃO DE APOIO A SERVIÇOS TÉCNICOS, ENSINO E FOMENTO	3.468.549,05	24,94%
FUNDAÇÃO DE APOIO A CULTURA, A PESQUISA E AO DESENVOLVI	3.171.132,24	22,80%
PR3 COMERCIO E SERVIÇOS DIGITAIS LTDA	899.912,72	6,47%
LDS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA	702.992,41	5,05%
COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARA	228.427,68	1,64%
DEMAIS	1.202.283,70	8,64%
Total	13.907.552,46	100,00%

Fonte: SIAFI.

Os valores pendentes de pagamento à Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (FCPC); Fundação de Apoio a Serviços Técnicos, Ensino e Fomento (FUNDAÇÃO ASTEF) e Fundação de Apoio a Cultura, a Pesquisa e ao Desenvolvimento Cultural, a Pesquisa e ao Desenvolvimento (FUNDAÇÃO CETREDE) são referentes a despesas liquidadas em dezembro e meses anteriores, custeados com recursos provenientes de TEDs que, ao final do mês de dezembro, estavam aguardando o recebimento de recursos financeiros para realização de pagamento e baixa do passivo.

Os valores pendentes de pagamento aos fornecedores LDS Serviços de Limpeza Ltda e Companhia Energética do Ceará são referentes às despesas liquidadas durante o mês de dezembro/2025 que, ao final do referido mês, aguardavam o recebimento de recursos financeiros do Ministério da Educação.

Encontra-se pendente há longa data o valor devido à PR3 Comércio e Serviços Digitais Ltda – EPP. Os valores em aberto são decorrentes do Pregão nº 119/2011, cujo objeto foi o registro de preços para aquisição e instalação do sistema de sonorização para auditórios, anfiteatros, concha acústica e outros espaços da Universidade Federal do Ceará, nos Campi da Capital (Fortaleza) e Interior do Estado do Ceará, incluindo material e mão de obra. O valor pendente de pagamento decorre de valores liquidados durante o ano de 2012, que tiveram o pagamento suspenso em decorrência de recomendação feita pela Controladoria Geral da União (CGU), em face de trabalho de auditoria.

6.9 Demais Obrigações de Curto Prazo

O saldo deste grupo apresentou um acréscimo de 38,97%, quando se compara o saldo ao final do exercício de 2025 com o saldo final do exercício de 2024. O detalhamento dos valores das Obrigações de Curto Prazo ao final do exercício de 2025 e o saldo final do exercício de 2024 é apresentado na Tabela 14.

Tabela 14 - Obrigações de Curto Prazo

Item	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS A COMPROVAR - TED	251.910.579,76	180.811.895,42	39,32%	72,96%
IRRF DEVIDO AO TESOIRO NACIONAL	56.208.628,38	46.166.034,33	21,75%	16,28%
PSSS - VENCIMENTOS E VANTAGENS	11.219.627,56	0,00	#DIV/0!	3,25%
DEPOSITOS RETIDOS DE FORNEC - CONTA VINCULADA	8.860.114,70	1.754.241,99	405,07%	2,57%
RETECOES - EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	6.449.027,71	5.963.583,82	8,14%	1,87%
OUTRAS OBRIGAÇÕES	10.605.311,09	13.737.501,00	-22,80%	3,07%
Total	345.253.289,20	248.433.256,56	38,97%	100,00%

Fonte: SIAFI.

O principal item que compõe este grupo de obrigações refere-se ao reconhecimento da obrigação de prestar contas, junto aos órgãos descentralizadores de recursos por meio de Termos de Execução Descentralizada (TED), que totalizaram R\$ 251.910.579,76 ao final do exercício de 2025, o que corresponde à aproximadamente 73% do valor total do grupo e um acréscimo de 39,32% em relação ao saldo final do exercício de 2024.

6.10 Patrimônio Líquido - Demais reservas

O valor de aproximadamente R\$ 459,8 milhões, registrado nesta conta, se refere à contrapartida do acréscimo do valor de bens imóveis em razão da reavaliação deles, conforme recomendado pelo item 54 da [NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado](#). Durante o exercício de 2025 não houve variação relevante de saldo deste grupo de contas, em comparação com o saldo final do exercício de 2024.

6.11 Ajustes de Exercícios Anteriores

Na Tabela 15 é apresentado um resumo da movimentação da conta de ajuste de exercícios anteriores durante o exercício de 2025.

Tabela 15 – Movimentação da Conta de Ajustes de Exercícios Anteriores

Descrição do Lançamento	Valor
Saldo Inicial	-7.642.963,35
Reconhecimento de passivos com fato gerador ocorridos em exercícios anteriores	-34.054.835,80
Reconhecimento de créditos a receber com fatos geradores ocorridos em exercícios anteriores.	354.673,10
Lançamento credor feito pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), referente a reclassificação dos saldos da conta ajuste de exercícios anteriores da administração direta, autarquias,	7.642.963,35

fundações e fundos para a conta superavits ou deficits de exercícios anteriores (mês de abertura)	
Ajustes de exercícios anteriores que tiveram como contrapartida contas do Ativo Imobilizado (ver nota explicativa específica)	-2.437.228,12
Baixa de material de consumo utilizado em exercício anterior	-26,32
Saldo ao final exercício de 2025	-36.137.417,14

Fonte: SIAFI

6.12 Quadro de Compensações - Obrigações Contratuais a Executar

Em 31/12/2025 a UFC possuía um saldo de R\$ 871.468.475,00 de obrigações contratuais relacionadas às parcelas de contratos a serem executadas. A seguir, apresenta-se a Tabela 16, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 16 - Obrigações Contratuais - Composição

Tipos de Obrigações	31/12/25	31/12/24	AH (%)	AV (%)
Aluguéis	133.594,86	390.788,32	-65,81%	0,02%
Seguros	737.189,73	444.569,73	65,82%	0,08%
Serviços	870.597.690,41	494.583.824,73	76,03%	99,90%
Total	871.468.475,00	495.419.182,78	75,91%	100,00%

Fonte: SIAFI.

As obrigações contratuais decorrentes da prestação de serviços correspondem a 99,9% do total das obrigações assumidas pelo órgão ao término do exercício de 2025, registrando um aumento de 76,03% em relação ao saldo apurado ao final do exercício de 2024, em decorrência da celebração de novos contratos.

A unidade gestora Universidade Federal do Ceará é responsável pelo total contratado, o que se justifica pela migração dos contratos no âmbito das unidades gestoras do Complexo Hospitalar da UFC (HU e MEAC) para a EBSERH.

Na Tabela 17 são especificados os 08 contratos mais relevantes na perspectiva financeira e o saldo a executar, na data base de 31/12/2025.

Tabela 17 - Obrigações Contratuais - por Contrato

Descrição do Contratado	31/12/2025	AV (%)
Contratado(a) A: ALCANTE ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA	178.823.008,28	20,52%
Contratado(a) B: CONSORCIO LABOMAR 33538/2024-15	111.871.159,62	12,84%
Contratado(a) C: RZK COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.	93.812.905,86	10,76%
Contratado(a) D: IMPACTO SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA	34.182.171,70	3,92%
Contratado(a) E: ENGNORD CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	29.849.274,25	3,43%
Contratado(a) F: LDS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA	28.708.824,65	3,29%
Contratado(a) G: SERVIARM SERVICOS DE VIGILANCIA ARMADA LTDA	25.553.289,43	2,93%
Contratado(a) H: CONTRATO 35/2022 - ISM GOMES DE MATTOS EIRELI	25.298.283,93	2,90%
Demais Contratos do Órgão	343.369.557,28	39,40%
TOTAL	871.468.475,00	100,00%

Fonte: SIAFI.

Os contratos celebrados com os contratados A, B, C e D representam aproximadamente 48% do total de obrigações contratuais do órgão. As obrigações contratuais referentes aos quatro contratos mais relevantes em termos financeiros são detalhadas a seguir:

Contratada A: Contrato nº 13/2025 – ALCANCE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA - tem como objeto o desenvolvimento dos projetos executivos de arquitetura e engenharia, bem como a execução da obra de reforma para a implantação do novo hospital universitário da UFC. O contrato foi assinado em 06/03/2025 e a sua vigência é de 06/03/2025 a 21/11/2027. Mais informações deste contrato podem ser obtidas por meio do seguinte link: <https://contratos.comprasnet.gov.br/gescon/contrato/541921>.

Contratada B: Contrato nº 09/2025 – CONSORCIO LABOMAR 2025 – tem como objeto o desenvolvimento dos projetos básico e executivo de arquitetura e engenharia, bem como a execução da obra para a construção de nova sede do Instituto de Ciências do Mar - LABOMAR/Centro Tecnológico de Ciências Naturais, Campus Iracema. O contrato foi assinado em 07/03/2025 e a sua vigência é de 07/03/2025 a 19/02/2028. Mais informações deste contrato podem ser obtidas por meio do seguinte link: <https://contratos.comprasnet.gov.br/gescon/contrato/492156>.

Contratada C: Contrato nº 82/2024 – THOPEN COMERCIALIZADORA DE ENERGIA - foi celebrado pela unidade gestora UFC e tem como objeto o fornecimento de energia elétrica a ser realizado na modalidade varejista no Ambiente de Contratação Livre (ACL). O contrato foi assinado em 01/06/2025 e a sua vigência é de 01/06/2025 a 01/06/2030. Mais informações deste contrato podem ser obtidas por meio do seguinte link: <https://contratos.comprasnet.gov.br/gescon/contrato/335508>.

Contratada D: Contrato nº 31/2024 – IMPACTO SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA - tem como objeto a contratação de serviços de terceirização de mão de obra, para execução de atividades auxiliares, operacionais, administrativas e de apoio logístico, abrangendo as categorias de almoxarife, carregador, auxiliares operacionais e técnicos, copeiro, motoristas em diversas categorias, serviços gerais, supervisores de oficina e frota. O contrato foi assinado em 03/09/2025 e a sua vigência é de 03/09/2025 a 03/03/2028. Mais informações deste contrato podem ser obtidas por meio do seguinte link: <https://pncp.gov.br/app/contratos/07272636000131/2025/000209>.

7. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

7.1 Resultado Orçamentário

O Resultado orçamentário apurado ao final do exercício de 2025 apresentou déficit de R\$ 2.346.356.844,45.

Isso decorre da metodologia utilizada para cálculo do resultado orçamentário do período, que subtrai as despesas empenhadas pelo órgão das receitas arrecadadas no período. As receitas arrecadadas no período totalizaram aproximadamente 10,87 milhões. As despesas do órgão são custeadas em sua quase totalidade com recursos do Tesouro Nacional. O ingresso desses recursos é mais bem evidenciado no item Transferências Financeiras Recebidas da Demonstração de Fluxo de Caixa e no item Outros Ingressos das Operações do Balanço Financeiro.

A Tabela 18 apresenta os valores das receitas e despesas previstas e executadas por categoria econômica.

Tabela 18 - Previsão e Execução de Receitas e Despesas

Balanço Orçamentário	Previsão/Fixação(R\$)	Realização/Execução (R\$)	Real/Exec.	AV
Receitas Correntes	9.293.411,00	9.555.320,27	102,82%	87,92%
Receitas de Capital	750.949,00	1.312.719,40	174,81%	12,08%
Total das Receitas	10.044.360,00	10.868.039,67	44,98%	100,00%
Despesas Correntes	2.201.133.744,00	2.299.047.109,00	104,45%	97,53%
Despesas de Capital	16.741.547,00	58.177.775,12	347,51%	2,47%
Total das Despesas	2.217.875.291,00	2.357.224.884,12	106,28%	100,00%
Superávit/(Déficit)		-2.346.356.844,45		

Fonte: SIAFI.

7.2 Execução das Receitas

7.2.1 Receitas Correntes

O total de receitas arrecadadas durante o exercício de 2025 foi de R\$ 10.868.039,67, sendo a sua maior parte referente a receitas correntes, conforme Tabela 18.

Dentre as receitas correntes, o valor mais relevante é referente às receitas de Serviços de Estudos e Pesquisas, que são, em sua maioria, decorrentes do pagamento pelas fundações de apoio ligadas à UFC, de ressarcimento pela utilização de bens e serviços da UFC. O ressarcimento em questão é disciplinado no Capítulo VI da Resolução nº 59/CONSUNI, de 24 de setembro de 2018 (disponível em http://www.ufc.br/images/files/a_universidade/consuni/resolucao_consuni_2018/resolucao59_consuni_2018.pdf). Para este tipo de receita houve um crescimento de aproximadamente 47%, sendo a categoria com maior volume arrecadado durante o exercício de 2025, conforme Tabela 19.

A Tabela 19 apresenta o detalhamento das receitas arrecadadas no exercício de 2025, em comparação com o exercício de 2024, por tipo de arrecadação. Essa classificação

é proveniente do código de recolhimento utilizado nas Guias de Recolhimento da União (GRU).

Tabela 19 - Arrecadação de Receitas Correntes – Composição

Tipo de arrecadação		Valor arrecadado no exercício de 2025(R\$)	Valor arrecadado no exercício de 2024(R\$)	AV	AH
1	SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	4.183.683,88	2.844.929,81	43,78%	47,06%
2	SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	1.950.037,35	1.577.204,00	20,41%	23,64%
3	ALUGUÉIS	1.328.314,81	1.563.040,90	13,90%	-15,02%
4	INTRA-SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	1.089.801,03	1.341.740,69	11,41%	-18,78%
5	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	347.662,48	178.188,66	3,64%	95,11%
DEMAIS RECEITAS		655.820,72	1.109.455,93	6,86%	-40,89%
Total		9.555.320,27	8.614.559,99	100,00%	10,92%

Fonte: SIAFI.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 19, as receitas de Multas e Juros Previstos em Contratos apresentaram, crescimento expressivo de 95,11%, embora represente parcela menor da arrecadação total. Este aumento é proveniente da aplicação de penalidades contratuais em valores superiores ao exercício anterior.

Conforme apresentado na Tabela 20, ao se comparar a receita prevista com a efetivamente arrecadada, verifica-se que o grupo de Serviços Administrativos e Comerciais Gerais foi o que obteve o melhor desempenho de arrecadação no exercício de 2025. Esse grupo registrou um montante aproximadamente 38% superior ao estimado para o período, resultado que se justifica pelo fato de os dois tipos de receita com maior arrecadação (conforme demonstrado na Planilha 20) pertencerem a esse mesmo agrupamento.

Tabela 20 – Receitas correntes previstas e arrecadadas por natureza de receita

Seq.	Natureza da Receita	Previsão atualizada da receita para 2025	Receita arrecadada durante o exercício de 2025	% Arrecadado
1	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS*	4.814.044,00	6.626.401,49	137,65%
2	ALUGUEIS,ARREND.,FOROS,LAUDEMIO,TAR.OCUPACAO	2.033.059,00	1.331.911,48	65,51%
3	SERVIÇOS ADMINIST.E COMERCIAIS GERAIS-INTRA*	1.824.132,00	1.089.801,03	59,74%
4	ALIENAÇÃO DE BENS MOVEIS E SEMOVENTES	750.949,00	1.312.719,40	174,81%
5	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	340.173,00	347.662,48	102,20%
6	INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	226.441,00	65.253,76	28,82%
7	OUTRAS RECEITAS	55.562,00	94.290,03	169,70%
Total		10.044.360,00	10.868.039,67	108,20%

Fonte: SIAFI.

*Obs.: No Balanço Orçamentário as Receitas de Serviços Administrativos e Comerciais Gerais são apresentadas de forma consolidada, incluindo as receitas intra-orçamentárias, que na Planilha são apresentadas de forma segregada.

7.2.2 Receitas de Capital

No exercício de 2025 foram arrecadados R\$ 1.312.719,40 em receitas de capital, correspondentes a 174,81% do valor inicialmente previsto para o referido exercício. As receitas dessa natureza derivam, predominantemente, da alienação de bens móveis por meio de leilão. Os leilões realizados em 2025 apresentaram resultados superiores à média observada em exercícios anteriores, o que explica a arrecadação acima do previsto para essa categoria.

O valor mais significativo das receitas provenientes de alienação de bens em 2025 decorreu da venda de veículos, que totalizou R\$ 805.019,40.

7.3 Execução das Despesas

7.3.1 Despesas Correntes

O total das despesas empenhadas no exercício de 2025 foi de R\$ 2.357.224.884,12 e se referem, em quase totalidade (97,53%), às despesas correntes.

A Tabela 21 relaciona, em ordem decrescente, o valor das despesas correntes empenhadas durante o exercício de 2025 por grupo de despesas e por natureza de despesa.

Tabela 21 - Despesas Correntes – Composição

Seq.	Grupo de Despesas	Natureza de Despesa	Valor empenhado no exercício de 2025	AV
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	973.785.639,41	42,36%
2	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	530.270.028,61	23,06%
3	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP.INTRA-ORÇAMENTARIAS	207.766.150,66	9,04%
4	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	PENSÕES	143.788.656,77	6,25%
5	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	137.802.615,32	5,99%
6	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	AUXILIO-ALIMENTACAO	63.613.535,15	2,77%
7	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	50.835.915,51	2,21%
8	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	43.727.255,41	1,90%
9	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOA FISICA	29.024.999,39	1,26%
10	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	18.336.596,91	0,80%

Outras despesas	100.095.715,86	4,35%
Total	2.299.047.109,00	100,00%

Fonte: SIAFI.

Os quatro principais tipos de despesas correntes são referentes a despesas com pessoal e encargos sociais e juntas correspondem a aproximadamente 81% do total das despesas correntes empenhadas no exercício de 2025.

Uma particularidade do Balanço Orçamentário é que ele apresenta na coluna de despesas empenhadas o montante total executado pela entidade, quer se trate de dotações alocadas na lei orçamentária para a própria entidade ou de recursos orçamentários provenientes de outras entidades, que se configuram como dotações orçamentárias descentralizadas para a UFC, em decorrência da celebração de Termo de Execução Descentralizada (TED) e instrumentos correlatos. Esta particularidade justifica a execução em um percentual superior a 100%, especialmente no que se refere às despesas de capital.

A Tabela 22 demonstra os valores das despesas correntes empenhadas durante o exercício de 2025 por origem do orçamento.

Tabela 22 – Despesas correntes - Valores empenhados por origem do orçamento

Origem do Orçamento	Valor empenhado em 2025	AV
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	2.193.930.757,81	95,43%
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	57.850.643,28	2,52%
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	10.704.519,08	0,47%
PRESIDENCIA DA REPÚBLICA	7.144.179,10	0,31%
MINISTÉRIO DAS MULHERES	4.501.981,20	0,20%
MINISTÉRIO DA SAÚDE	4.347.590,36	0,19%
FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	3.704.080,44	0,16%
MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	3.400.000,00	0,15%
MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL	2.445.022,50	0,11%
DEMAIS ÓRGÃOS	11.018.335,23	0,48%
Total	2.299.047.109,00	100,00%

Fonte: SIAFI.

Por outro lado, podem existir valores que compõem a coluna da dotação atualizada, ou seja, são pertencentes ao orçamento da UFC, mas, quando empenhados, não são somados às despesas empenhadas pela UFC por serem executadas por outros órgãos.

Durante o exercício de 2025 a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) empenhou, do orçamento da UFC, o valor de R\$ 519.868,60. Os valores executados pela EBSERH são referentes ao fornecimento de refeições para os estudantes da UFC em atividade de internato ou equivalente, no âmbito do Complexo Hospitalar da UFC (EBSERH). As despesas com estas refeições são executadas por meio de contrato da EBESERH com empenho custeado com o orçamento da UFC.

7.3.2 Despesas de Capital

O Percentual executado das despesas de capital no exercício de 2025 foi de 347,51% do total da dotação anual, em razão de empenhos realizados com recursos orçamentários de outros órgãos. A Tabela 23 detalha os valores empenhados referente a despesas de capital por origem do orçamento e natureza de despesa.

Tabela 23 - Execução de despesas de capital

Origem do Orçamento	Valor Empenhado em 2025 por Natureza de Despesa				Total	AV %
	OBRAS E INSTALAÇÕES	AV%	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	AV%		
MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	0,00	0,00%	99.169,00	0,17%	99.169,00	0,17%
MINISTERIO DA EDUCACAO	35.560.365,19	61,12%	3.210.273,09	5,52%	38.770.638,28	66,64%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	13.074.046,27	22,47%	3.667.269,47	6,30%	16.741.315,74	28,78%
FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS	0,00	0,00%	681.339,67	1,17%	681.339,67	1,17%
MINISTERIO DA SAUDE	0,00	0,00%	608.855,00	1,05%	608.855,00	1,05%
MIN.DA GEST.E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICO	0,00	0,00%	148.995,43	0,26%	148.995,43	0,26%
MINISTERIO DAS CIDADES	1.097.462,00	1,89%	0,00	0,00%	1.097.462,00	1,89%
MINISTERIO DAS MULHERES	0,00	0,00%	30.000,00	0,05%	30.000,00	0,05%
Total	49.731.873,46	85,48%	8.445.901,66	14,52%	58.177.775,12	100,00%

Fonte: SIAFI

No exercício de 2025 foram empenhados recursos destinados à execução de obras e instalações, bem como à aquisição de equipamentos e de material permanente. Desse montante, 28,78% foram financiados com recursos do orçamento da UFC, enquanto 71,22% tiveram origem em dotações de outros órgãos. Entre estes, destaca-se a participação do Ministério da Educação, cujos recursos representaram 66,64% do total empenhado, principalmente voltados para despesas relacionadas a obras e instalações.

Dentre os valores empenhados de Obras em Andamento, o valor mais relevante foi de R\$ 17,4 milhões e se refere ao [Contrato 13/2025](#), cujo objeto é a obra de reforma para a implantação do novo Hospital Universitário da UFC.

7.4 Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

7.4.1 Execução de Restos a Pagar não Processados

A Tabela 24 traz um resumo da execução de Restos a Pagar não Processados (RPNP) durante os últimos cinco exercícios, segregando-se os valores inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior dos inscritos em exercícios anteriores.

Tabela 24 - Restos a Pagar Não Processados inscritos e reinscritos nos últimos cinco exercícios

Item Informação	2025	2024	2023	2022	2021
Total Inscrito no início do exercício de 2024 (A)	34.477.501,69	86.219.004,24	28.754.483,85	28.651.088,22	71.160.765,53
Total inscrito em exercícios anteriores a 2024 (B)	36.024.825,11	15.652.808,33	12.039.838,32	28.754.499,24	17.681.546,42
Estoque de RPNP no início do exercício (A + B)	70.502.326,80	101.871.812,57	40.794.322,17	57.405.587,46	88.842.311,95
RPNP Liquidados	45.215.419,87	62.724.806,85	23.307.110,64	32.015.130,87	50.618.165,70
RPNP Cancelados	3.333.805,38	4.007.591,76	1.834.403,20	13.350.618,27	9.469.647,01
RPNP a Liquidar	21.765.045,88	35.139.413,96	15.652.808,33	12.039.838,32	28.754.499,24

Fonte: SIAFI.

Conforme tabela 24, o estoque de restos a pagar no início de 2025 referente aos empenhos inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior apresentaram valores aproximadamente 31% inferiores à média dos últimos cinco anos e 60% abaixo do exercício de 2024.

No que se refere ao estoque de restos a pagar ao final do exercício, representado pelo montante de RPNP a liquidar, observa-se que o valor registrado em 2025 é inferior ao verificado no exercício anterior. Comportamento semelhante é observado em relação aos RPNP Cancelados, cujo valor em 2025 também se apresenta um pouco reduzido quando comparado ao de 2024.

A UFC possui em seu estoque de restos a pagar, empenhos custeados com dotações orçamentárias próprias e dotações de outros órgãos. Essas últimas dotações são provenientes de TEDs e instrumentos afins. A Tabela 25 apresenta o detalhamento, por origem do orçamento (Órgão Superior) dos restos a pagar inscritos, que é o estoque de restos a pagar no início do exercício de 2025, referente a empenhos de 2024 e de exercícios anteriores, e os valores ainda não liquidados, ou seja, o estoque de restos a pagar ao final do exercício de 2025.

Tabela 25 - RPNP por órgão superior de origem do orçamento

Origem do Orçamento – Órgão Superior	Total Inscrito em 2024 e exercícios anteriores	RPNP a Liquidar em 31/12/2025	AV %
MINISTERIO DA EDUCACAO	58.144.010,99	20.522.038,74	94,29%
MINISTERIO DA SAUDE	4.240.392,04	787.813,17	3,62%
MINISTERIO DA CULTURA	2.861.208,92	243.437,14	1,12%
MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA	136.370,00	90.833,90	0,42%
MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	405.981,57	48.288,57	0,22%
DEMAIS MINISTERIOS	4.714.363,28	72.634,36	0,33%
TOTAL	70.502.326,80	21.765.045,88	100,00%

Fonte: SIAFI

Conforme demonstrado na Tabela 25, observa-se que, ao término do exercício de 2025, o saldo de Restos a Pagar inscrito totaliza aproximadamente R\$ 21,8 milhões, dos quais cerca de 94% correspondem a dotações orçamentárias vinculadas aos órgãos

integrantes do Ministério da Educação. Desse montante, R\$ 10,98 milhões referem-se a créditos orçamentários da própria Universidade Federal do Ceará (UFC).

Na Tabela 27 são apresentados os valores dos restos a pagar por unidade gestora executora.

Tabela 26 - Restos a Pagar Não Processados inscritos - por Unidade Gestora Executora

UG Executora	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo em 31/12/2025	AV
Universidade Federal do Ceará	70.003.946,60	21.304.813,51	45.208.658,22	3.302.419,20	21.304.813,51	97,89%
Hospital Universitário Walter Cantídio	155.060,73	126.256,76	755,25	28.048,72	126.256,76	0,58%
Maternidade Escola Assis Chateaubriand	343.319,47	333.975,61	6.006,40	3.337,46	333.975,61	1,53%
Total	70.502.326,80	21.765.045,88	45.215.419,87	3.333.805,38	21.765.045,88	100,00%

Fonte: SIAFI.

Conforme Tabela 27, tem-se que a unidade gestora Universidade Federal do Ceará é responsável pela execução da quase totalidade dos valores inscritos em restos a pagar, apresentando, ao final do exercício de 2025, aproximadamente 98% da soma das três unidades gestoras. Cabe acrescentar que nos valores da Tabela 28 estão os restos a pagar referentes aos recursos oriundos do orçamento da UFC e de outros órgãos.

A Tabela 28 mostra a composição dos restos a pagar na UFC por Grupo de Despesa. Constata-se que o grupo de despesa com maior saldo de restos a pagar ao final do exercício de 2025 é o grupo Investimentos (42,69%).

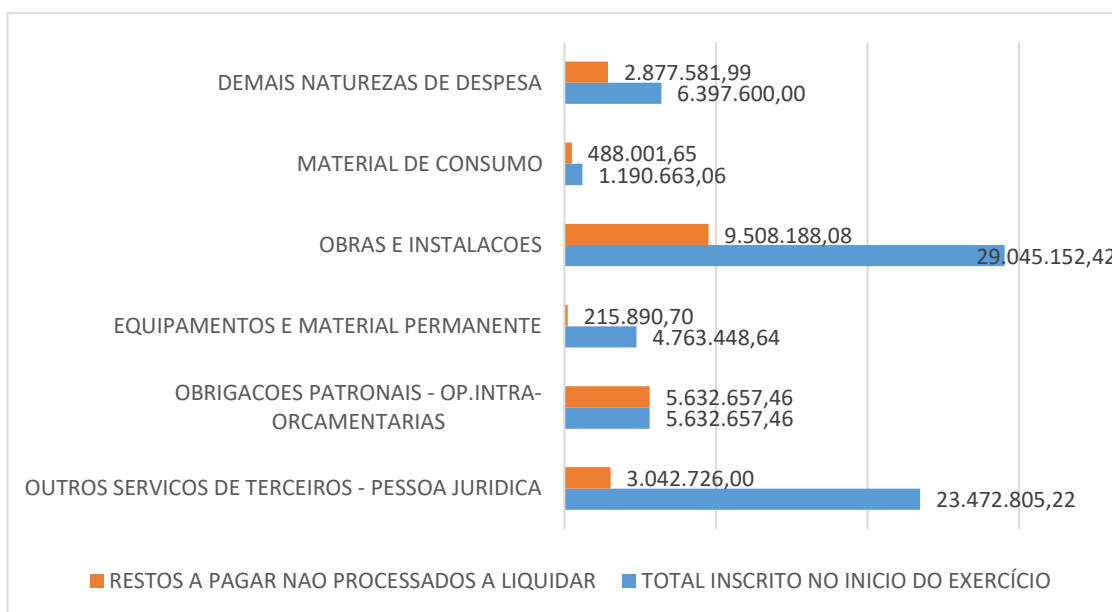
Tabela 27 - Restos a Pagar - por Unidade Grupo de Despesa

Grupo de Despesa	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar em 31/12/2025	AV
Outras Despesas Correntes	30.251.011,46	21.265.601,82	18.721.447,31	2.750.670,90	8.778.893,25	34,17%
Investimentos	34.286.750,09	23.929.618,83	22.735.430,62	583.134,48	10.968.184,99	42,69%
Pessoal e Encargos Sociais	5.964.565,25	20.199,22	20.199,22	0,00	5.944.366,03	23,14%
TOTAL	70.502.326,80	45.215.419,87	41.477.077,15	3.333.805,38	25.691.444,27	100,00%

Fonte: SIAFI.

O Gráfico 1 traz um resumo da execução de Restos a Pagar não Processados (RPNP) durante o exercício de 2025, segregando-se os valores por Natureza de Despesas.

Gráfico 1 - Execução de RPNP por Natureza de Despesas



Fonte: Elaborado com base em dados obtidos no Tesouro Gerencial

Conforme demonstrado no Gráfico 1, o maior volume de restos a pagar se refere a Obras e Instalações, que por se tratar de contratos plurianuais, os empenhos são inscritos em restos a pagar e executados em mais de um exercício.

A natureza de despesa de Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica também apresentou valores relevantes, o que se explica, principalmente, pela manutenção em restos a pagar de empenhos emitidos em favor das fundações de apoio. Os contratos celebrados com as fundações de apoio são, normalmente, frutos da execução de recursos descentralizados por outros órgãos por meio de Termos de Execução Descentralizada (TEDs). Frequentemente, os órgãos descentralizadores encaminham recursos orçamentários para custear integralmente os projetos, cuja execução se estende por mais de um exercício, logo, os empenhos efetuados são inscritos em Restos a Pagar.

7.4.2 Execução de Restos a Pagar Processados

Os empenhos inscritos em restos a pagar que já passaram pela fase de liquidação, são chamados Restos a Pagar Processados (RPP). Conforme Tabela 29, os RPP do órgão totalizavam aproximadamente 169,96 milhões no início do exercício de 2025. Este valor é, basicamente, referente a folha de pagamento de pessoal de dezembro/2024, que foi liquidada no final do exercício de 2024 e paga no primeiro dia útil de 2025, extinguindo-se a obrigação. Ao final do ano de 2025, somente 1,27% (aproximadamente 2,16 milhões) dos RPP não haviam sido pagos.

Tabela 28 – Restos a Pagar Processados por elemento de despesas

UG Executora	Grupo Despesa	Total de RPP no início do exercício de 2025	RPP Pagos até 31/12/2025	RPP Cancelados	RPP a pagar em 31/12/2025
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO WALTER CANTIDIO	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.723.066,08	2.716.176,25	0,00	6.889,83
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.944.659,08	13.944.659,08	0,00	0,00
MATERNIDADE ESCOLA ASSIS CHATEAUBRIAND	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	526.001,01	526.001,01	0,00	0,00
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.921.238,52	6.921.238,52	0,00	0,00
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	INVESTIMENTOS	2.259.225,30	1.381.310,13	0,00	877.915,17
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.001.680,35	19.726.958,44	681,28	1.274.040,63
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	122.582.339,55	122.582.339,55	0,00	0,00
TOTAL		169.958.209,89	167.798.682,98	681,28	2.158.845,63

Fonte: SIAFI.

8. NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs).

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para UFC e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a UFC, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPAs e VPDs, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPAs e VPDs é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O resultado patrimonial apurado ao final do exercício de 2025 na DVP apresentou-se deficitário em R\$ 9.186.430,45. Ao final do exercício de 2024, o resultado patrimonial foi deficitário em R\$ 37.048.302,38. Assim, comparando os resultados dos dois períodos houve uma variação de -75,20% entre os dois períodos. A seguir serão detalhados os itens mais relevantes da DVP, que contribuíram para ao resultado patrimonial do exercício de 2025.

8.1 VPA - Transferências e Delegações Recebidas – Transferências Intragovernamentais

As Transferências Intragovernamentais Recebidas são as VPAs mais representativas, sendo responsáveis por aproximadamente 94% do total acumulado de VPAs

durante o exercício de 2025. Essas VPA's são decorrentes, basicamente, do valor das remessas de recursos financeiros oriundos do MEC para pagamento de despesas do exercício vigente e de exercícios anteriores (inscritas em restos a pagar). Também compõe a movimentação no período, o recebimento de recursos de órgãos pertencentes a estrutura de outros ministérios, para pagamento de compromissos relacionados a TEDs. O reconhecimento dessas VPAs teve como contrapartida um aumento do Ativo Circulante, especificamente, na conta Limite de Saque.

8.2 VPA – Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivo

As Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) deste grupo apresentaram, ao final do exercício de 2025, valores aproximadamente 235% superiores aos registrados no mesmo período de 2024. Ressalta-se que, em 2025 houve o reconhecimento de ganhos com desincorporação de passivos em montante 235,41% superior ao observado em 2024. Tais ganhos referem-se, majoritariamente, à baixa de obrigações vinculadas à prestação de contas de Termos de Execução Descentralizada (TEDs), procedimento realizado por ocasião da prestação de contas ao órgão descentralizador, tendo como contrapartida a redução do passivo correspondente.

8.3 VPD - Pessoal e Encargos

Esse grupo de VPDs representa 47,47% do total de variações diminutivas registradas durante o exercício de 2025. Dentro do grupo de Pessoal e Encargos, o item mais relevante é o de Remuneração a Pessoal, onde são registrados os valores de despesas com a folha de pagamento de pessoal ativo. Os valores do grupo Pessoal e Encargos apresentaram um acréscimo de 17,84% quando se compara o saldo ao final do exercício de 2025 com o mesmo período de 2024. Este aumento é decorrente, sobretudo, da implementação de reajustes salariais.

8.4 VPD - Benefícios Previdenciários e Assistenciais

As Variações Patrimoniais desse grupo representam 26,16% do total de variações diminutivas registradas durante o exercício de 2025. Nesse grupo, os valores mais relevantes são referentes a aposentadorias e reformas, onde são registradas as despesas com a folha de pagamento de pessoal inativo. Os valores desse grupo apresentaram um acréscimo de 10,48% quando se compara o saldo acumulado no final do exercício de 2025 com o mesmo período de 2024.

8.5 Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

As Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) deste grupo apresentaram, ao término do exercício de 2025, um acréscimo aproximado de 81% em relação ao mesmo período do exercício anterior. Destaca-se que, em 2025 foi registrado o reconhecimento de perdas decorrentes da incorporação de passivos em montante 94% superior ao apurado no em 2024. Tais perdas referem-se, em sua maioria, ao reconhecimento de obrigações associadas à prestação de contas de Termos de Execução Descentralizada (TEDs), procedimento realizado em virtude do recebimento de recursos provenientes de outros órgãos. O registro dessas obrigações implica, como contrapartida, o correspondente aumento do passivo.

9. NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO

A seguir serão detalhados os itens mais relevantes do Balanço Financeiro (BF) do exercício de 2025.

9.1 INGRESSOS: Receitas Orçamentárias

As Receitas Orçamentárias arrecadadas durante o exercício de 2025 totalizaram R\$ 10.868.039,67, que correspondem a 0,37% do total dos ingressos da UFC nesse período. A pequena participação das Receitas Orçamentárias (receitas próprias) evidencia que a UFC é mantida predominantemente por transferências financeiras recebidas através de repasses do Órgão superior (MEC).

No Balanço Orçamentário, os valores arrecadados no período são apresentados no quadro das receitas.

9.2 INGRESSOS: Transferências Financeiras Recebidas

O montante das transferências recebidas pelo órgão durante o exercício de 2025 foi de R\$ 2.496.735.733,53, que representa o repasse recebido do MEC e de órgãos vinculados a outros ministérios.

A Tabela 30 detalha os repasses financeiros recebidos por ministério de origem dos recursos. Nota-se que a quase totalidade dos recursos financeiros recebidos pelo órgão durante o exercício de 2025 é oriunda do Ministério da Educação. Esses recursos são utilizados no pagamento das despesas custeadas com fonte de recursos arrecadados pelo Tesouro Nacional. Os recursos financeiros recebidos de outros ministérios são referentes aos repasses vinculados à TEDs.

Tabela 29 - Repasses recebidos durante o exercício de 2025

Ministério de origem dos recursos	Valor recebido	AV
MINISTERIO DA EDUCACAO	2.461.098.987,67	98,57%

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA	8.761.604,11	0,35%
MINISTERIO DAS MULHERES	4.931.981,20	0,20%
MINISTERIO DA CULTURA	4.450.000,00	0,18%
MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	4.210.000,00	0,17%
MINISTERIO DOS TRANSPORTES	4.129.256,40	0,17%
MINISTERIO DA IGUALDADE RACIAL	2.345.022,50	0,09%
MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIONAL	2.332.170,14	0,09%
MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA	1.683.272,60	0,07%
MIN.DESENV.E ASSIT.SOCIAL,FAM.E COMBATE FOME	500.000,00	0,02%
MIN.DA GEST.E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICO	461.465,52	0,02%
MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA	450.075,00	0,02%
MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	447.693,00	0,02%
MINISTERIO DAS CIDADES	316.018,50	0,01%
MINIST. DO MEIO AMBIENTE E MUDANCA DO CLIMA	233.388,89	0,01%
MINISTERIO DO ESPORTE	209.003,30	0,01%
JUSTICA ELEITORAL	90.000,00	0,00%
JUSTICA FEDERAL	73.920,00	0,00%
MINISTERIO DA SAUDE	10.714,00	0,00%
MINISTERIO DA DEFESA	1.160,70	0,00%
Total Geral	2.496.735.733,53	100,00%

Fonte: SIAFI.

Os sub-repasses concedidos pela unidade gestora da UFC às unidades do Hospital Universitário e Maternidade Escola totalizaram R\$ 221.270.668,48.

Também se inclui nas transferências financeiras recebidas, aquelas para pagamento de restos a pagar, no valor de R\$ 52.112.346,90.

Os valores referentes às movimentações de saldos patrimoniais provenientes de outras unidades gestoras pertencentes ao governo federal, totalizaram, no exercício de 2025 R\$ 49.757.891,20, representando um percentual de 1,69% em relação ao total de ingressos no período. As movimentações que integram este grupo decorrem, predominantemente, do recolhimento das retenções de Imposto de Renda, que passaram a ser efetuadas mensalmente de forma consolidada com as demais retenções de tributos e contribuições federais, em atendimento à obrigatoriedade de utilização da DCTFWeb e do eSocial pelos órgãos públicos.

Esse grupo corresponde, na Demonstração de Fluxo de Caixa, às transferências financeiras recebidas que fazem parte dos ingressos do fluxo de caixa das atividades das operações.

9.3 INGRESSOS: Recebimentos Extraorçamentários

Os ingressos extraorçamentários, no total de R\$ 318.756.344,56, correspondem a 10,8% do total dos ingressos do órgão, sendo o maior montante (220.883.305,43) referente aos valores do item Inscrição dos Restos a Pagar Processados (RPP), que são despesas que

cumpriram até o fim do exercício de 2025, as duas primeiras fases de execução da despesa (empenho e liquidação). A maior parcela dos RPP se refere a despesas com a folha de pessoal de dezembro/2025.

O montante correspondente à Inscrição de Restos a Pagar não Processados (RPNP) ao término do exercício de 2025 apresentou um acréscimo de aproximadamente 140% em relação ao valor inscrito ao término do exercício de 2024. Este acréscimo pode ser atribuído, principalmente, ao aumento do valor inscrito em 2025 referente a obras e instalações, quando comparado ao exercício anterior, conforme demonstrado na Tabela 31.

Tabela 30 - Despesas Inscritas em RP não Processados

Natureza Despesa	2025	2024	AH
OBRAS E INSTALAÇÕES	39.407.188,90	3.447.024,85	1043,22%
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	32.236.543,68	17.160.145,28	87,86%
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.018.032,67	4.020.097,96	49,70%
OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP.INTRA-ORÇAMENTARIAS	3.246.220,90	5.632.657,46	-42,37%
MATERIAL DE CONSUMO	697.387,40	846.020,56	-17,57%
DEMAIS NATUREZAS DE DESPESAS	1051464,36	3371555,58	-68,81%
TOTAL	82.656.837,91	34.477.501,69	139,74%

Fonte: SIAFI

O Art. 103, da Lei 4.320/64, dispõe que "Os restos a pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária, para compensar sua inclusão na despesa orçamentária ", pois "pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhada" nos termos do art. 35, II, Lei nº 4.320/64.

9.4 DISPÊNDIOS: Despesas Orçamentárias

Os dispêndios relativos às despesas orçamentárias somaram R\$ 2.357.224.884,12, representando 79,86% do total gasto pelo órgão. Desse montante, 57,44% são provenientes de Recursos Não Vinculados e 22,42% de Recursos Vinculados.

A classificação das despesas orçamentárias em Recursos Vinculados e Não Vinculados é feita de acordo com a fonte de recursos utilizada no empenho. A Tabela 32 apresenta os valores das despesas orçamentárias no exercício de 2025 por tipo de despesas (vinculada ou ordinária) e por fonte de recursos.

O Manual Técnico do Orçamento (MTO 2022), disponível em: <https://www1.siof.planejamento.gov.br/mto/doku.php/mto2022:cap3>, conceitua receitas ordinárias e vinculadas da seguinte forma:

***Destinação vinculada:** processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela norma. Há, ainda, ingressos de recursos em decorrência de convênios ou de contratos de empréstimos e de financiamentos. Esses recursos também são vinculados, pois*

foram obtidos com finalidade específica - e à realização dessa finalidade deverão ser direcionados.

Destinação não vinculada (ou ordinária): é o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades, desde que dentro do âmbito das competências de atuação do órgão ou entidade.

Tabela 31 - Despesas orçamentárias por fonte de recursos

Tipo de despesas	de Fonte de Recursos	Dispêndios durante o exercício de 2025	AV %
ORDINÁRIAS	RECURSOS LIVRES DA UNIAO	1.695.550.032,35	71,93%
	SUBTOTAL	1.695.550.032,35	71,93%
VINCULADAS	BENEFICIOS DO RPPS DA UNIAO	473.195.949,31	20,07%
	RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	165.362.227,12	7,02%
	RECURSOS PROPRIOS LIVRES DA UO	9.381.601,38	0,40%
	ATIVIDADES-FIM DA SEGURIDADE SOCIAL	2.847.590,36	0,12%
	EDUC.PUB., COM PRIORIDADE EDUC.BASICA	2.429.758,40	0,10%
	REC. ABANDONADOS DOS PATRIMONIOS DO PIS PASEP	2.283.544,24	0,10%
	RECURSOS UO APLICACAO SEGURIDADE SOCIAL	2.271.132,24	0,10%
	RECURSOS LIVRES DA UO	1.923.677,65	0,08%
	REC.PROP.UO APLIC.EXCL.EM DESP.DE CAPITAL	814.165,00	0,03%
	IMPLEMENTACAO DA PNRH E DO SINGREH	662.012,33	0,03%
	REC.LIVRES UO-SUP.VINC.AMORT.PGTO.DIV.	413.210,00	0,02%
	SERV.AFETOS AS ATIVID.ESPECIFICAS DA JUSTICA	89.983,74	0,00%
	SUBTOTAL	661.674.851,77	28,07%
	Total		2.357.224.884,12

Fonte: SIAFI.

9.5 DISPÊNDIOS: Transferências Financeiras Concedidas

O montante das transferências concedidas pelo órgão no exercício de 2025 totalizou R\$ 225.921.990,10, correspondendo a 7,65% do total dos dispêndios registrados no período. Os principais valores classificados nesse grupo referem-se a:

Contrapartida de sub-repasse efetuado pela UFC ao Hospital Universitário e à Maternidade Escola, no valor de R\$ 221.270.668,48;

Transferências concedidas para pagamento de Restos a Pagar, no montante de R\$ 173.861,40;

Movimentações de saldos patrimoniais no montante de R\$ 3.679.262,22, referentes, majoritariamente, à restituição de créditos de folha de pagamento e de auxílios financeiros a estudantes. Os valores são inicialmente arrecadados pela UFC, porém devem ser recolhidos ao Tesouro Nacional, por se tratar de devoluções de despesas executadas com recursos do Tesouro.

9.6 DISPÊNDIOS: Pagamentos Extraorçamentárias

Os pagamentos extraorçamentários no valor de R\$ 215.771.688,62 correspondem à 7,31% do total dos dispêndios do órgão, sendo a maior parte referente ao pagamento de restos a pagar processados, que totalizou R\$ 167.798.682,98 durante o exercício de 2025. Esse montante decorre, principalmente, do pagamento da folha de pessoal referente ao mês de dezembro de 2024, a qual foi inscrita como restos a pagar processados — tendo sido liquidada ainda em dezembro de 2024 — e quitada no primeiro dia útil de 2025.

10. NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A seguir serão detalhados os itens mais relevantes da Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) do exercício de 2025.

10.1 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS: Transferências Financeiras Recebidas

As transferências financeiras representam quase a totalidade (99,02%) dos ingressos de recursos financeiros no exercício de 2025. A seguir são detalhados, na Tabela 33, os componentes mais relevantes do grupo Transferências Financeiras Recebidas no exercício de 2024.

Tabela 32 - Detalhamento das transferências financeiras recebidas

Detalhamento do tipo de transferência financeira	Dispêndios durante o exercício de 2025	Dispêndios durante o exercício de 2024	AV %	AH %
REPASSE RECEBIDO	2.173.594.826,95	1.871.562.726,42	87,06%	16,14%
SUB-REPASSE RECEBIDO	221.270.668,48	238.338.470,12	8,86%	-7,16%
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA PGTO DE RP	52.112.346,90	67.289.286,14	2,09%	-22,55%
MOVIMENTACOES DE SALDOS PATRIMONIAIS	49.757.891,20	50.991.344,26	1,99%	-2,42%
Total	2.496.735.733,53	2.228.181.826,94	100,00%	12,05%

Fonte: SIAFI

O montante R\$ 2.173.594.826,95 refere-se aos repasses recebidos, que são recursos recebidos por meio de transferências financeiras de outros órgãos do governo federal, especialmente do MEC, correspondentes ao orçamento atual.

Compõe também o saldo deste grupo de ingresso, o valor de R\$ 52.112.346,90 recebido para pagamento de restos a pagar.

Embora seja referente a movimentações financeiras entre unidades gestoras do órgão, o valor de R\$ 221.270.668,48 de recursos financeiros transferidos da unidade gestora da UFC para o Hospital Universitário e para a Maternidade Escola, também compõe o total das transferências financeiras recebidas, conforme citado no item de Ingressos: Transferências Financeiras Recebidas da Nota Explicativa do Balanço Financeiro.

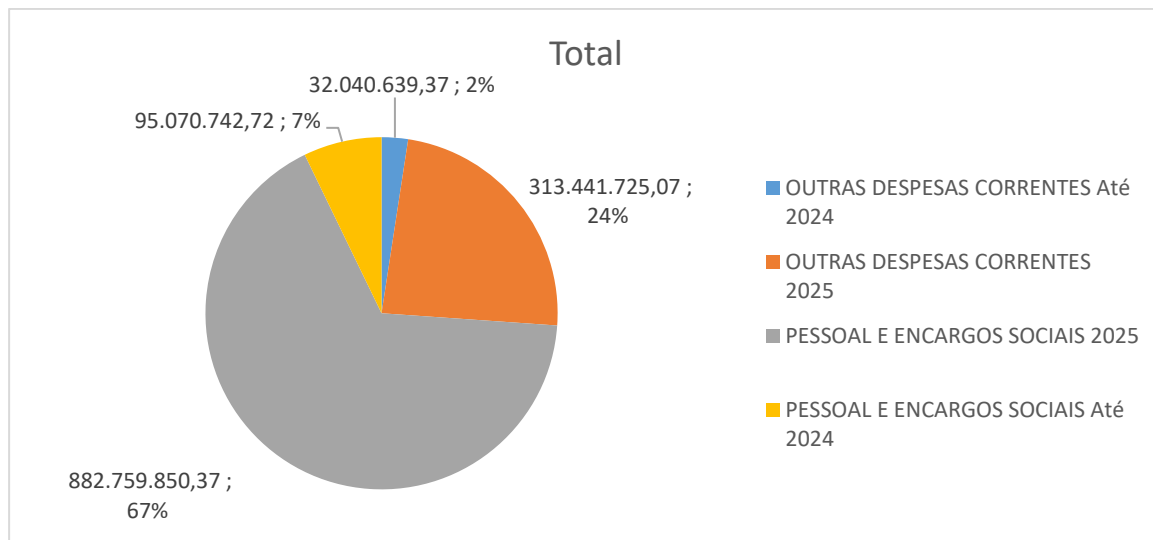
Os valores referentes às movimentações de saldos patrimoniais provenientes de outras unidades gestoras pertencentes ao governo federal totalizaram, no exercício de 2025, R\$ 49.757.891,20. Este valor se refere, sobretudo, ao recolhimento das retenções de imposto de renda, que passaram a ser pagas mensalmente, de forma consolidada, na unidade gestora da UFC (matriz), acompanhado das demais retenções de tributos e contribuições federais, tendo em vista a obrigatoriedade da DCTFWeb e E-Social para órgãos públicos.

10.2 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS - Desembolso: Educação

Os dispêndios mais relevantes são relacionados à função de governo Educação, que corresponde a 53,79% do total dos dispêndios realizados ao longo do exercício de 2025. Isso se explica por se tratar de uma instituição de ensino.

O Gráfico 2 apresenta os valores dos desembolsos ocorridos no exercício de 2025 na Função Educação, segregando-se os valores referentes aos empenhos do exercício de 2025 e de exercícios anteriores.

Gráfico 2 - Desembolsos - Função Educação



Fonte: SIAFI.

Na presente função de governo, os dispêndios relativos ao grupo de despesas com Pessoal e Encargos Sociais somam R\$ 977.830.593,09, dos quais R\$ 882.759.850,37 correspondem à execução do orçamento de 2025 e R\$ 95.070.742,72 referem-se ao pagamento de restos a pagar. As despesas do grupo Outras Despesas Correntes totalizam R\$

345.482.364,44, sendo R\$ 313.441.725,07 referente à execução do orçamento de 2025 e R\$ 32.040.639,37 relativo ao pagamento de restos a pagar.

Cabe ressaltar que os dispêndios cuja classificação orçamentária da despesa traz a modalidade de aplicação Aplicações Diretas - Operações Internas, que são pagamentos intraorçamentários, são contabilizados como transferências intragovernamentais concedidas, por se tratar de operações entre órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

10.3 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS - Desembolso: Previdência Social

Outra função de governo com dispêndios relevantes é a função Previdência Social. Essa função de governo apresentou dispêndios no valor de R\$ 681.193.347,45 em 2025, que representa 27,69% do total dos dispêndios. Os dispêndios dessa natureza são relacionados aos pagamentos de aposentadorias, pensões e sentenças judiciais.

10.4 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS: Outros Desembolsos Operacionais – Transferências Financeiras Concedidas

Os valores registados neste grupo, no total de R\$ -225.921.990,10, correspondem aos dispêndios descritos no item DISPÊNDIOS: Transferências Financeiras Concedidas das Notas Explicativas do Balanço Financeiro

10.5 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO: Desembolsos - Aquisição de Ativo Não Circulante

Este grupo representa o total dos dispêndios relacionados as atividades de investimento feitos durante o exercício de 2025. Os valores desembolsados totalizaram R\$ 35.236.740,33. A Tabela 34 detalha os desembolsos com a aquisição de ativos não circulantes por natureza de despesa e ano de emissão do empenho.

Tabela 33 - Desembolsos - Aquisição de Ativo Não Circulante

Ano de emissão do empenho	Natureza da Despesa				Desembolsos em 2025	AV
	MATERIAL DE CONSUMO	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	OBRAS E INSTALACOES	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
2021	0,00	197.414,69	0,00	0,00	197.414,69	0,56%
2023	112.000,00	0,00	17.472.239,63	421.486,56	18.005.726,19	51,10%
2024	0,00	224.359,50	2.546.595,84	3.142.644,53	5.913.599,87	16,78%
2025	0,00	0,00	9.985.223,78	1.134.775,80	11.119.999,58	31,56%
Total	112.000,00	421.774,19	30.004.059,25	4.698.906,89	<u>35.236.740,33</u>	100,00%
% do Total	0,32%	1,20%	85,15%	13,34%	100,00%	

Fonte: SIAFI.

A maior parte dos dispêndios deste grupo se referem à Obras e Instalações, custeados com empenhos anteriores a 2025 (aproximadamente 57%), conforme Tabela 34.